



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

PROCESSO SELETIVO PARA CONCILIADOR

NOME DO CANDIDATO

Nº DA INSCRIÇÃO

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO CONDIDATO

INSTRUÇÕES GERAIS

VERIFIQUE:

- se o caderno corresponde a sua opção de cargo.
- se contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.

Caso contrário, peça ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada no CARTÃO RESPOSTA que você recebeu.
- Procure no CARTÃO RESPOSTA, o número da questão que você está respondendo.
- Verifique no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marque essa letra na CARTÃO RESPOSTA, conforme o exemplo: A B C D E

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação da questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões, e preencher o CARTÃO RESPOSTA.
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com seu CARTÃO RESPOSTA.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Segundo este sistema de valoração da prova, o juiz tem plena liberdade para analisar as provas, mas não pode se utilizar de fatos de seu conhecimento pessoal, ou seja, extra-autos, devendo ser fundamentadas todas as decisões. Tal sistema é conhecido por:

- a) sistema das ordálias.
- b) sistema das provas legais.
- c) sistema das provas tarifadas.
- d) sistema da íntima convicção.
- e) sistema da persuasão racional.

2. O juízo a quo recebe uma apelação intempestiva, determinando remessa dos autos ao Tribunal competente. Dessa decisão,

- a) não é cabível recurso.
- b) é cabível apelação.
- c) é cabível agravo de instrumento.
- d) é cabível agravo retido.
- e) é cabível embargos de declaração.

3. Segundo a Teoria da Asserção,

a) Com a propositura da demanda o juiz verifica a presença das condições da ação na forma como elas foram apresentadas pelo autor, ou seja, o juiz examina as condições da ação no estado em que o autor as apresenta.

b) As condições da ação devem ser examinadas até o momento da sentença, em sede recursal e a qualquer momento.

c) O direito de ação é independente do direito material, ma só possui o direito de ação quem possui o direito material.

d) A causa de pedir é composta apenas da menção à relação jurídica que envolve as partes.

e) O conteúdo da causa de pedir é formulado pelos fatos e fundamentos jurídicos apresentados pelo autor da ação.

4. Suspende-se o processo pela morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador. Tal suspensão é conhecida como:

- a) imprópria.
- b) parcial.
- c) própria.
- d) por ausência de interesse processual.
- e) decadencial.

5. De acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa incorreta:

a) A alteração do pedido ou da causa de pedir em nenhuma hipótese será permitida após o saneamento do processo.

b) Extingue-se o processo, sem resolução de mérito, pela convenção de arbitragem.

c) Se o autor desistir da ação quanto a algum réu ainda não citado, o prazo para a resposta correrá da intimação do último réu que não houve desistência.

d) Quando o autor tiver formulado pedido certo, é vedado ao juiz proferir sentença ilíquida.

e) Não faz coisa julgada a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento na sentença.

78. No caso de onerosidade excessiva na relação consumerista:

a) Nos termos do Código de Defesa do Consumidor, ela só poderá ser reconhecida se sobrevier fato superveniente extraordinário e imprevisível que modifique o equilíbrio inicial de direitos e deveres do contrato.

b) Só ao fornecedor é assegurado o direito de pleitear a revisão de cláusulas contratuais que decorram onerosidade excessiva.

c) Por ser aplicável o *pacta sunt servanda*, nem consumidor e nem o fornecedor podem deixar de cumprir cláusulas contratuais, mesmo que elas prevejam prestações desproporcionais.

d) Como é manifestada somente na fase de conclusão do contrato, deve-se aplicar a intangibilidade dos contratos de consumo, sendo aplicada em casos excepcionais que demonstre vantagem excessiva para uma das partes.

e) Pode ser aplicada em favor do consumidor, apenas justificada em circunstância superveniente que desequilibre a base objetiva do contrato, independentemente desse fato superveniente ser imprevisível.

79. Assinale a alternativa correta, nos termos do Código de Defesa do Consumidor:

a) Cessadas a produção ou importação, a oferta deverá ser mantida pela prazo de 10 anos da paralisação da produção do produto.

b) É proibida a publicidade de bens e serviços por telefone, mesmo quando a chamada não for onerosa ao consumidor que a origina.

c) O fornecedor do produto ou serviço é subsidiariamente responsável pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos.

d) Se o fornecedor de produtos ou serviços recusar cumprimento à oferta, apresentação ou publicidade, o consumidor deverá, alternativamente, exigir o cumprimento forçado da obrigação, nos termos da oferta, apresentação ou publicidade, ou aceitar outro produto ou prestação de serviço equivalente.

e) Em caso de oferta ou venda por telefone ou reembolso postal, deve constar o nome do fabricante e endereço na embalagem, publicidade e em todos os impressos utilizados na transação comercial.

80. É considerada abusiva a propaganda:

- a) parcialmente falsa.
- b) capaz de induzir em erro o consumidor.
- c) subliminar.
- d) que se aproveite da deficiência de julgamento da criança.
- e) nenhuma das alternativas traz exemplo de propaganda abusiva.

a) 30 dias, podendo exigir a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso, a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada e o abatimento proporcional do preço, alternativamente.

b) 30 dias, podendo exigir a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso ou a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada.

c) 15 dias, podendo exigir a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso, a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada e o abatimento proporcional do preço, alternativamente.

d) 90 dias, podendo exigir a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso, a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada e o abatimento proporcional do preço, alternativamente.

e) 90 dias, podendo exigir a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso ou restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada.

76. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em:

a) cento e oitenta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis e um ano, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.

b) noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis e cento e oitenta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.

c) noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis e um ano tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.

d) trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis e noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.

e) sessenta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis e noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.

77. Na responsabilidade pelo fato do produto,

a) O comerciante responde juntamente com todos os envolvidos na cadeia produtiva e distributiva, de forma solidária.

b) O comerciante responde subsidiariamente, pois só será responsabilizado se o produto for fornecido sem identificação clara do seu fabricante, produtor, construtor ou importador ou se não conservar adequadamente os produtos perecíveis.

c) O comerciante será o primeiro responsabilizado e, posteriormente, se demonstrar ausência de culpa, a responsabilidade recairá sobre o fabricante, produtor, construtor ou importador.

d) A responsabilização do comerciante e do produtor se dá nos mesmos termos da responsabilidade por vícios do produto.

e) nenhuma das alternativas está correta.

6. Segundo o artigo 301 do Código de Processo Civil, não é matéria a ser alegada em preliminar de contestação:

a) prescrição do direito do autor.

b) inexistência ou nulidade de citação.

c) incompetência absoluta.

d) perempção.

e) litispendência.

7. É incorreto afirmar que:

a) O documento público faz prova não só da sua formação, mas também dos fatos que o escrevem, o tabelião, ou o funcionário declarar que ocorreram em sua presença.

b) Quando a lei exigir, como da substância do ato, o instrumento público, nenhuma outra prova, por mais especial que seja, pode suprir-lhe a falta.

c) Compete à parte, contra quem foi produzido documento particular, alegar, no prazo da contestação ou de dez dias, contados da intimação ou juntada aos autos, se lhe admite ou não a autenticidade da assinatura e a veracidade do contexto; presumindo-se, com o silêncio, que o tem por verdadeiro. No entanto, cessa a eficácia da admissão expressa ou tácita, se o documento houver sido obtido por erro, dolo ou coação.

d) Sempre que uma das partes requerer a juntada de documento aos autos, o juiz ouvirá, a seu respeito, a outra, no prazo de dez dias.

e) O juiz indeferirá a inquirição de testemunhas sobre fatos já provados por documentos ou confissão da parte.

8. Conforme o Código de Processo Civil – Lei 5.869/73, em relação à produção de prova testemunhal, pode-se afirmar que:

a) São inquiridos em sua residência, ou onde exercerem a sua função os Desembargadores do Tribunal de Justiça e o Procuradores Gerais de Justiça.

b) Depois de apresentado o rol de testemunhas, a parte poderá substituir a testemunha que, tendo mudado de residência, não for encontrada pelo oficial de justiça.

c) O juiz inquirirá as testemunhas separada e sucessivamente; primeiro as do réu e depois as do autor, providenciando de modo que uma não ouça o depoimento das outras.

d) A testemunha pode requerer ao juiz o pagamento da despesa que efetuou para comparecimento à audiência, devendo a parte pagá-la logo que arbitrada, ou depositá-la em cartório dentro de cinco dias.

e) Quando a testemunha tiver residência certa, a intimação deverá ser feita, somente, pelo correio, sob registro.

9. A respeito dos recursos em geral,

a) mesmo se somente um dos litisconsortes sucumbiu, o prazo conta-se em dobro para recorrer.

b) o julgamento proferido pelo tribunal não substituirá a sentença ou decisão recorrida, mesmo no que tiver sido objeto de recurso.

c) mesmo na sentença de total procedência, o vencedor pode ter interesse em recorrer.

d) O recorrente poderá, a qualquer tempo, desde que com a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.

e) A parte, que aceitar expressa ou tacitamente a sentença ou a decisão, ainda assim poderá apelar.

10. Aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio, deverá:

- a) denunciar à lide o proprietário ou possuidor.
- b) nomear à autoria o proprietário ou possuidor.
- c) oferecer oposição contra o autor.
- d) chamar ao processo o legítimo proprietário ou possuidor.
- e) oferecer assistência ao proprietário ou possuidor.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

11. Quanto à eficácia da lei processual penal no tempo, aplica-se o sistema:

- a) das fases processuais, nos termos do artigo 2º do CPP, sem exceção.
- b) da unidade processual, nos termos do artigo 2º do CPP, havendo, no entanto, exceções, como por exemplo, nos casos de normas processuais mistas.
- c) do isolamento dos atos processuais penais, nos termos do artigo 2º do CPP sem exceção.
- d) do *tempus regit actum*, nos termos do artigo 2º do CPP havendo, no entanto, exceções, como por exemplo, nos casos de normas processuais mistas.

e) das fases processuais, nos termos do artigo 2º do CPP, havendo, no entanto, exceções, como por exemplo, nos casos de normas processuais mistas.

12. O delegado, segundo a Lei 12.403/11, poderá arbitrar fiança:

- a) para as infrações penais cuja pena máxima em abstrato não supere 4 anos de pena privativa de liberdade.
- b) apenas para as contravenções penais.
- c) para as contravenções penais e crimes punidos com detenção, pois se a infração penal for punida com reclusão, apenas o magistrado poderá arbitrá-la.
- d) para qualquer infração penal, desde que afiançável.
- e) apenas para as infrações penais cuja pena máxima em abstrato não supere 2 anos de pena privativa de liberdade.

13. Da decisão que concede ou nega livramento condicional caberá:

- a) Recurso em sentido estrito.
- b) Apelação.
- c) Agravo em execução.
- d) Agravo de instrumento.
- e) Recurso inominado.

14. O inquérito policial deve ser concluído, de acordo com o artigo 10 do CPP, no prazo de:

- a) 10 dias se o indiciado estiver preso, ou em 30 dias se o indiciado estiver solto.

e) A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, já indica abusividade.

72. O Código de Defesa do Consumidor se aplica às instituições financeiras, conforme jurisprudência pacífica. Assim, em relação aos contratos bancários, pode-se afirmar que:

- a) É vedado ao julgador conhecer, de ofício, da abusividade das suas cláusulas.
- b) Se não forem regidos por legislação específica, os juros moratórios poderão ser convenionados até o limite de 2% ao mês.
- c) Para a repetição de indébito, nos contratos de abertura de crédito em conta-corrente, se exige a prova do erro.
- d) Os juros remuneratórios são cumuláveis com a comissão de permanência, e são devidos no período de inadimplência, à taxa média de mercado estipulada pelo Banco Central do Brasil, limitada ao percentual contratado.
- e) A renegociação de contrato bancário ou a confissão da dívida impede a possibilidade de discussão sobre eventuais ilegalidades dos contratos anteriores.

73. A inscrição de inadimplente pode ser mantida nos serviços de proteção ao crédito por, no máximo:

- a) 1 ano.
- b) 2 anos.
- c) 3 anos.
- d) 4 anos.
- e) 5 anos.

74. Obsta a decadência a reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e serviços até a resposta negativa correspondente, que deve ser transmitida de forma inequívoca. Isso significa dizer que:

- a) o prazo decadencial para propositura da ação competente é interrompido, voltando a correr, com a resposta negativa, de onde parou com a reclamação.
- b) o prazo decadencial para propositura da ação competente é suspenso, voltando a correr, com a resposta negativa, de onde parou com a reclamação.
- c) o prazo decadencial para propositura da ação competente é suspenso, iniciando-se nova contagem do prazo por ocasião da resposta negativa.
- d) o prazo decadencial para propositura da ação competente é suspenso, iniciando-se nova contagem do prazo por ocasião da resposta negativa.
- e) se não houver resposta por parte do fornecedor, não há obstáculo à decadência a ser considerado, ainda que haja a reclamação formal perante o fornecedor.

75. Para que o Consumidor exija, na forma legal, reparação do dano que sofreu em razão de vício no produto, há um prazo para que o problema seja solucionado pelo fornecedor, antes da propositura da ação respectiva. A respeito de tal prazo legal e opções ao consumidor, a alternativa correta é:

Maria, que dirigia em alta velocidade, colidiu seu carro, vindo a estátua a despedaçar-se, sem possibilidade de correção da avaria. Diante desta situação, pode-se dizer que:

a) Trata-se de dívida quesível, da espécie obrigação de dar, cuja inexecução deve-se ao perecimento culposo da coisa, objeto da prestação, ficando o devedor obrigado à entrega de outra, de igual qualidade e quantidade, para o efeito da satisfação do interesse jurídico do credor.

b) Trata-se de dívida quesível, da espécie obrigação de fazer, cujo devedor culposo, em face da impossibilidade de proceder à entrega, estará obrigado, tão apenas, à indenização por perdas e danos ao credor, titular do direito subjetivo.

c) Trata-se de dívida quesível, da espécie obrigação de fazer, de caráter imaterial, cuja impossibilidade de adimplir obrigará o devedor culposo ao pagamento do equivalente em dinheiro, bem como à devolução do preço pago.

d) Trata-se de dívida portátil, da espécie obrigação de dar, sendo certo que a ocorrência da perda total do objeto, antes da tradição, por negligência do devedor, implicará na dupla possibilidade de o credor aceitá-la no estado em que se acha, ou exigir o equivalente, sempre com direito à indenização por perdas e danos.

e) Trata-se de dívida portátil, da espécie obrigação de dar, cujo objeto pereceu por culpa do devedor, incumbindo-lhe, por consequência, o dever de responder pelo equivalente, mais perdas e danos.

70. A respeito do usufruto, assinale a alternativa incorreta, nos termos do Código Civil:

a) O usufruto pode recair em um ou mais bens, móveis ou imóveis, em um patrimônio inteiro, ou parte deste, abrangendo-lhe, no todo ou em parte, os frutos e utilidades.

b) Não se pode transferir o usufruto por alienação; mas o seu exercício pode ceder-se por título gratuito ou oneroso.

c) O usufrutuário pode usufruir em pessoa, ou mediante arrendamento, o prédio, mas não mudar-lhe a destinação econômica, sem expressa autorização do proprietário.

d) O usufrutuário tem direito à posse, uso, administração do bem mas, em regra, não à percepção dos frutos.

e) Se o usufruto recai sobre universalidade ou quota-parte de bens, o usufrutuário tem direito à parte do tesouro achado por outrem, e ao preço pago pelo vizinho do prédio usufruído, para obter meação em parede, cerca, muro, vala ou valado.

DIREITO CONSUMIDOR

71. Segundo o Superior Tribunal de Justiça,

a) A ação de repetição de indébito de tarifas de água e esgoto não estão sujeitas ao prazo prescricional do Código Civil.

b) É indispensável o aviso de recebimento (AR) na carta de comunicação ao consumidor sobre a negativação de seu nome em bancos de dados e cadastros.

c) Simples devolução indevida de cheque caracteriza dano moral.

d) Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, cabe indenização por dano moral, mesmo quando preexistente legítima inscrição.

b) 05 dias se o indiciado estiver preso, ou em 15 dias se o indiciado estiver solto.

c) 30 dias se o indiciado estiver preso, ou em 90 dias se o indiciado estiver solto, podendo, tais prazos serem prorrogados por igual período pelo magistrado.

d) 10 dias se o indiciado estiver preso, ou em 30 dias se o indiciado estiver solto, podendo, tais prazos serem prorrogados por igual período pelo magistrado.

e) 15 dias se o indiciado estiver preso, ou em 30 dias se o indiciado estiver solto, podendo, tais prazos serem prorrogados por igual período pelo magistrado.

15. No rito ordinário, da decisão que não receber a denúncia ou queixa caberá:

a) Recurso em sentido estrito.

b) Apelação.

c) Agravo em execução.

d) Agravo de instrumento.

e) Recurso inominado.

16. Acerca da prisão temporária, assinale a alternativa incorreta.

a) A prisão temporária será decretada pelo Juiz, de ofício ou em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá o prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

b) Na hipótese de representação da autoridade policial, o Juiz, antes de decidir, ouvirá o Ministério Público.

c) O despacho que decretar a prisão temporária deverá ser fundamentado e prolatado dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir do recebimento da representação ou do requerimento.

d) O Juiz poderá, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público e do Advogado, determinar que o preso lhe seja apresentado, solicitar informações e esclarecimentos da autoridade policial e submetê-lo a exame de corpo de delito.

e) Decretada a prisão temporária, expedir-se-á mandado de prisão, em duas vias, uma das quais será entregue ao indiciado e servirá como nota de culpa.

17. Da decisão do juízo *a quo*, que denega seguimento ao recurso em sentido estrito, caberá:

a) Recurso em sentido estrito.

b) Apelação.

c) Carta Testemunhável.

d) Agravo de instrumento.

e) Recurso Ordinário.

18. No rito do júri, ao final do sumário de culpa, o juiz poderá absolver sumariamente o acusado, nos termos do artigo 415 do CPP, salvo:

a) quando provada a inexistência do fato.

b) quando provado não ser ele autor ou partícipe do fato.

c) quando o fato não constituir infração penal.

d) quando demonstrada causa exclusão do crime.

e) no caso de inimizabilidade prevista no caput do art. 26 do Decreto-Lei no 2.848, de 7

de dezembro de 1940 – Código Penal, quando esta não for a única tese defensiva.

19. Sobre a competência, assinale a alternativa incorreta.

a) A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.

b) Quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, ou quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.

c) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu.

d) Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.

e) Se, iniciada a execução no território nacional, a infração se consumar fora dele, a competência será determinada pela prevenção.

20. O juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes:

a) ele, seu cônjuge, ou parente, consanguíneo, ou afim, até o terceiro grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes.

b) ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral

até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.

c) tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.

d) ele próprio houver desempenhado qualquer dessas funções ou servido como testemunha.

e) tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito.

DIREITO PENAL

21. Acerca da aplicação da lei penal, assinale a alternativa correta.

a) o princípio da reserva legal representa um anteparo da liberdade individual em face da expansiva autoridade estatal.

b) Pode-se afirmar que o Código Penal é a Magna Carta do delinqüente ao reverso, porque tudo o que nele não estiver proibido é permitido.

c) A lei posterior que preveja determinado comportamento como crime, não poderá ter eficácia *ex tunc*.

d) o artigo 1º do Código Penal aduz que não há crime sem lei anterior que o defina. No entanto, defende-se, também, que o aludido artigo se estenderia às contravenções.

e) todas as alternativas acima estão corretas.

22. Assinale a alternativa correta, quanto à aplicação da lei penal.

a) superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País e a forma é *ad solemnitatem*.

b) superior a quarenta vezes o maior salário mínimo vigente no País e a forma é *ad solemnitatem*.

c) superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País e a forma é *ad probationem*.

d) superior a quarenta vezes o maior salário mínimo vigente no País e a forma é *ad probationem*.

e) superior a vinte vezes o maior salário mínimo vigente no País e a forma é *ad probationem*.

66. O contrato consigo mesmo:

a) é ato inexistente.

b) é ato anulável.

c) é ato nulo.

d) é ato ineficaz.

e) é sinônimo de forma de extinção de obrigações – confusão.

67. A respeito do dolo e coação, marque a alternativa incorreta:

a) O dolo acidental só obriga à satisfação das perdas e danos, não impedindo a realização do negócio.

b) O dolo do representante legal de uma das partes obriga o representado a responder solidariamente com ele por perdas e danos.

c) Se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.

d) A doutrina civilista majoritária entende que, no caso de coação física, o negócio jurídico é inexistente, e não simplesmente anulável.

e) Subsistirá o negócio jurídico, se a coação decorrer de terceiro, sem que a parte a que aproveite dela tivesse ou devesse ter conhecimento; mas, o autor da coação responderá por todas as perdas e danos que houver causado ao coacto.

68. Se o contrato for aleatório, por dizer respeito a coisas ou fatos futuros, cujo risco de não virem a existir um dos contratantes assumiu, terá o outro direito de receber integralmente o que lhe foi prometido, desde que de sua parte não tenha havido dolo ou culpa, ainda que nada do avençado venha a existir. Este contrato é conhecido como:

a) *emptio rei speratae*.

b) *emptio spei*.

c) *solvete et repete*.

d) contrato com pessoa a declarar.

e) contrato leonino.

69. Marcus Gonçalves firmou contrato com Maria Diniz, cujo objeto era a entrega por esta, após pagamento já realizado por aquele, de uma estátua de gesso feita por Paulo Linhares, artista plástico consagrado. Comprometeu-se a proceder à tradição da coisa no próprio domicílio do credor, que fez uma grande festa, com muitos convidados, para a exibição da referida estátua. Ocorre que, no caminho da casa de Marcus,

por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.

e) Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até um ano após o término da guerra.

62. Nos termos do Código Civil, far-se-á averbação em registro público:

a) da interdição por incapacidade absoluta ou relativa.

b) da sentença declaratória de ausência e de morte presumida.

c) a emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz.

d) dos atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação.

e) dos óbitos ocorridos.

63. João Ribeiro desapareceu de seu domicílio sem deixar qualquer notícia. No momento da declaração judicial de ausência, ele era separado de fato há dois anos e meio de Maria Ribeiro, pai de Joana Ribeiro de 25 anos, filho de José Ribeiro e neto de Francisco Ribeiro. Todos têm interesse na curadoria. Sendo assim, segundo os critérios legais, o juiz deverá nomear como curador (a):

a) Maria Ribeiro, a cônjuge separada de fato.

b) Joana Ribeiro, a filha.

c) José Ribeiro, o pai.

d) Francisco, o avô.

e) terceiro designado pelo juiz, já que não há concordância entre os parentes mais próximos.

64. A respeito das associações, é correto afirmar que:

a) A convocação dos órgãos deliberativos far-se-á na forma do estatuto, garantido a 1/6 (um sexto) dos associados o direito de promovê-la.

b) Os associados devem ter iguais direitos, e o estatuto não poderá instituir categorias com vantagens especiais.

c) Compete privativamente à assembléia geral alterar o estatuto.

d) Dissolvida a associação, o remanescente do seu patrimônio líquido, depois de deduzidas, se for o caso, as quotas ou frações ideais do patrimônio da associação do qual o associado é titular, será destinado metade à entidade de fins econômicos ou não designada no estatuto e a outra metade à instituição municipal, estadual ou federal.

e) Para exclusão do associado não é exigida justa causa.

65. Segundo o artigo 108 do Código Civil, desde que não haja disposição legal em sentido contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a um montante estipulado. A alternativa correta sobre o valor desse montante e da classificação de tal forma exigida é:

a) Ao tratar do tempo do crime, o CP adotou expressamente a teoria da ubiqüidade.

b) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, não cessando, no entanto, a execução penal em curso.

c) a pena cumprida no estrangeiro não atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, ante a independência e soberania pátria.

d) na contagem do prazo penal, inclui-se o dia do começo em seu cômputo.

e) nas penas privativas de liberdade, não se desprezam as frações de dia e, nas penas de multa, não se desprezam os centavos.

23. Sobre a analogia, assinale a alternativa incorreta.

a) a analogia, destarte, não é interpretação, mas criação ou formação de direito novo.

b) na hipótese de analogia, não há um texto de lei obscuro ou incerto, mas, sim, ausência de lei que regule diretamente o caso.

c) não é possível aplicar analogicamente lei penal para criar novas figuras típicas ou para contemplar penas ou medidas de segurança que não estejam taxativamente previstas em lei.

d) a analogia pode ser utilizada diante de preceitos penais não incriminadores.

e) o homicídio se torna qualificado quando o agente mata mediante paga, promessa de recompensa ou por outro motivo torpe. Assim, a jurisprudência vem admitindo que matar alguém para receber prêmio de seguro de vida seria hipótese de homicídio qualificado, ante a possibilidade de utilização da analogia.

24. Quanto ao crime culposo, assinale a alternativa correta.

a) na conduta culposa, a finalidade do agente quase sempre é lícita, no entanto, os meios escolhidos pelo agente foram inadequados ou mal utilizados.

b) para a caracterização do tipo penal culposo não se exige a previsibilidade, mas, apenas, a inobservância de um dever objetivo de cuidado.

c) para a ocorrência de um crime culposo, não se faz necessária a ocorrência de um resultado naturalístico.

d) os crimes culposos não seriam tipos penais abertos, mas, sim, tipos penais fechados.

e) o direito penal, da mesma forma que o direito civil, admite expressamente a compensação de culpa.

25. Assinale a alternativa correta, dentre as assertivas abaixo:

a) como regra, quando se tem um crime tentado, operar-se-á a denominada adequação típica de subordinação imediata.

b) o tipo penal, ao exercer uma função indiciária, é considerado a sua *ratio essendi*.

c) para a teoria da *ratio cognoscendi* o tipo penal é a própria razão de ser da ilicitude, não havendo que se falar em fato típico se a conduta praticada pelo agente for permitida pelo ordenamento jurídico.

d) os crimes preterdolosos seriam tipos incongruentes, pois o dolo precisa estender-se somente a um resultado parcial.

e) os elementos objetivos do tipo são aqueles criados e traduzidos por uma norma, que para

sua efetiva compreensão, necessitam de uma valoração ética ou jurídica.

26. Quanto ao dolo, assinale a alternativa correta, dentre as assertivas abaixo:

a) Segundo a teoria da vontade, atua com dolo aquele que, antevendo como possível o resultado lesivo com a prática de sua conduta, mesmo não o querendo de forma direta, não se importa com a sua ocorrência.

b) Segundo a teoria do assentimento, dolo seria tão-somente a vontade livre e consciente de querer praticar a infração penal.

c) Segundo a teoria da representação, existiria dolo toda vez que o agente tiver tão-somente a previsão do resultado como possível e, ainda assim, decidir pela continuidade de sua conduta.

d) o ordenamento pátrio adotou expressamente apenas o dolo indireto.

e) No dolo eventual o sujeito representa o resultado como de produção provável e efetivamente quer produzi-lo.

27. Dentre as alternativas abaixo, valendo-se do posicionamento majoritário da doutrina, assinale a alternativa que, pelo menos em tese, admite a figura da tentativa:

a) crime unissubsistente.

b) crime preterdoloso.

c) crime culposos, na hipótese de culpa imprópria.

d) crime omissivo próprio.

e) crime habitual.

28. Sobre o erro de proibição, assinale a alternativa incorreta, segundo posicionamento dominante na doutrina:

a) o desconhecimento da lei é inescusável, segundo disposição expressa do Código Penal.

b) o erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena.

c) o erro sobre a ilicitude do fato, se evitável, poderá diminuir a pena de um sexto a um terço.

d) o erro sobre a ilicitude do fato, quando escusável caracteriza uma causa excludente da culpabilidade.

e) considera-se inevitável o erro se o agente atua ou se omite sem a consciência da ilicitude do fato, quando lhe era possível, nas circunstâncias, ter ou atingir essa consciência.

29. Assinale a alternativa, que não representa um crime contra a administração da justiça.

a) Reingressar no território nacional o estrangeiro que dele foi expulso.

b) Fazer justiça pelas próprias mãos, para satisfazer pretensão, embora legítima, salvo quando a lei o permite.

c) Ingressar, promover, intermediar, auxiliar ou facilitar a entrada de aparelho telefônico de comunicação móvel, de rádio ou similar, sem autorização legal, em estabelecimento prisional.

d) Trair, na qualidade de advogado ou procurador, o dever profissional, prejudicando interesse, cujo patrocínio, em juízo, lhe é confiado.

a) desapropriação.

b) trânsito e transporte.

c) sistema estatístico.

d) seguridade social.

e) direito tributário, financeiro, penitenciário e econômico.

58. Para composição das Câmaras Municipais, nos municípios de mais de 6.000.000 (seis milhões) de habitantes e de até 7.000.000 (sete milhões) de habitantes, será observado o limite máximo de:

a) 47 vereadores.

b) 49 vereadores.

c) 51 vereadores.

d) 53 vereadores.

e) 55 vereadores.

59. Não é da competência do Superior Tribunal Justiça:

a) julgar em recurso ordinário o crime político.

b) julgar nas infrações penais comuns os membros dos Tribunais de Conta dos Municípios.

c) julgar os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União.

d) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias.

e) julgar, em recurso ordinário os "habeas-corpus" decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos

tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória.

60. A doutrina classifica os direitos fundamentais em gerações de direitos. Assinale a alternativa que traduz um direito de terceira geração.

a) direitos políticos.

b) direitos sociais.

c) direitos econômicos.

d) direitos do consumidor.

e) direitos culturais.

DIREITO CIVIL

61. Em relação aos direitos da personalidade e capacidade civil, pode-se afirmar que:

a) São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.

b) O nascituro não é considerado pessoa, mas tem proteção legal de seus direitos desde a concepção. Sendo assim, ainda que seja titular de direitos personalíssimos, não pode ser beneficiado por legado.

c) A proteção que o Código Civil defere ao nascituro alcança o natimorto no que concerne aos direitos da personalidade.

d) Cessará, para os menores, a incapacidade pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público ou particular, independentemente de homologação judicial, ou

e) são aquelas que já extinguiram a produção de seus efeitos, como algumas previstas no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

53. Acerca do tema controle de constitucionalidade, assinale a alternativa incorreta.

a) Inconstitucionalidade chapada é aquela clara, flagrante, aonde não resta dúvida sobre o vício formal ou material.

b) Lei ou ato normativo municipal que contrariar a Constituição Federal não será passível de controle concentrado através de Ação Direta de Inconstitucionalidade, mas, sim, por meio do controle difuso, ressalvada, ainda, a possibilidade de ajuizamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

c) O STF não vem admitindo a possibilidade de exercício de ação civil pública, quando, nela, o autor deduzir pretensão efetivamente destinada a viabilizar o controle abstrato de constitucionalidade de determinada lei ou ato normativo. No entanto, admite-se por meio dela o controle difuso ou incidental.

d) Prevalece o entendimento no STF, apesar da divergência do Min. Gilmar Mendes na ADI 1.244, de que se ocorrer alteração no parâmetro constitucional invocado, e já proposta a ADI, esta deverá ser julgada prejudicada, em razão da perda superveniente do objeto.

e) Para o STF, independentemente do nível de organização das defensorias públicas, a regra que define o prazo em dobro para o defensor público no processo penal é inconstitucional, pois não haveria prazo em dobro para o Ministério Público,

o que violaria o princípio da paridade de armas ou da *par conditio*.

54. A CF de 1988 exige para se ocupar o cargo de juiz de paz, a idade mínima de:

- a) 35 anos.
- b) 30 anos.
- c) 21 anos.
- d) 18 anos.
- e) 16 anos.

55. A CF de 1988 preceitua que alguns cargos serão privativos de brasileiros natos, ou seja, não poderão ser ocupados por brasileiros naturalizados, exceto o de:

- a) Presidente da Câmara e do Senado.
- b) Ministro do STF.
- c) carreira diplomática.
- d) Ministro do STJ.
- e) oficial das Forças Armadas.

56. O Superior Tribunal de Justiça é composto de no mínimo:

- a) 11 ministros.
- b) 33 ministros.
- c) 07 ministros.
- d) 27 ministros.
- e) 15 ministros.

57. Assinale a alternativa, onde não seria hipótese de competência privativa da União para legislar.

e) Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.

30. Assinale a alternativa que retrata um efeito genérico da condenação.

a) tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime.

b) a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo, quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública.

c) incapacidade para o exercício do pátrio poder, tutela ou curatela, nos crimes dolosos, sujeitos à pena de reclusão, cometidos contra filho, tutelado ou curatelado.

d) a inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso.

e) a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo, quando for aplicada pena privativa de liberdade por tempo superior a 4 (quatro) anos.

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

31. Um indivíduo infringiu a Lei de Contravenções Penais, cujo procedimento obedece às normas da Lei nº 9.099/95. Em audiência preliminar, o autor da infração e a vítima realizaram a composição civil, que foi homologada pelo magistrado. Dessa decisão judicial:

a) As partes poderão apelar no prazo de 5 dias.

b) As partes poderão interpor recurso em sentido estrito no prazo de 5 dias.

c) As partes poderão apelar no prazo de 10 dias.

d) Não cabe recurso, segundo o texto da lei 9099/95.

e) As partes poderão interpor recurso em sentido estrito no prazo de 15 dias.

32. São princípios orientadores do Juizado Especial Criminal:

a) apenas a celeridade e a economia processual.

b) apenas a celeridade, a economia processual e a oralidade.

c) apenas a celeridade, a economia processual e a informalidade.

d) a celeridade, a economia processual, a informalidade, a oralidade e a simplicidade.

e) apenas a celeridade.

33. O juizado especial cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas, exceto:

a) as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;

b) a ação de despejo para uso próprio;

c) as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente a quarenta vezes o salário mínimo.

d) as causas de natureza alimentar e falimentar, quando o valor não exceder a quarenta salários mínimos.

e) as causas de ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre.

34. Com relação aos direitos dos advogados, assinale a alternativa incorreta:

a) O advogado somente poderá ser preso em flagrante, por motivo de exercício da profissão, em caso de crime inafiançável.

b) O Poder Judiciário e o Poder Executivo devem instalar, em todos os juizados, fóruns, tribunais, delegacias de polícia e presídios, salas especiais permanentes para os advogados, com uso e controle assegurados à OAB.

c) recusar-se a depor como testemunha em processo no qual funcionou ou deva funcionar, ou sobre fato relacionado com pessoa de quem seja ou foi advogado, mesmo quando autorizado ou solicitado pelo constituinte, bem como sobre fato que constitua sigilo profissional.

d) ser publicamente desagradado, quando ofendido no exercício da profissão ou em razão dela.

e) examinar em qualquer repartição policial, mesmo sem procuração, autos de flagrante e de inquérito, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos.

35. Levando-se em conta os Enunciados do Fonaje, assinale a alternativa incorreta.

a) É permitida a acumulação simultânea das condições de preposto e advogado na mesma pessoa.

b) O preposto que comparece sem carta de preposição, obriga-se a apresentá-la no prazo que for assinado, para validade de eventual acordo, sob as penas dos artigos 20 e 51, I, da Lei nº 9099/1995, conforme o caso.

c) O condomínio, se admitido como autor, deve ser representado em audiência pelo síndico, ressalvado o disposto no § 2º do art. 1.348 do Código Civil.

d) O reconhecimento da litigância de má-fé poderá implicar em condenação ao pagamento de custas, honorários de advogado, multa e indenização nos termos dos artigos 55, caput, da lei 9.099/95 e 18 do Código de Processo Civil.

e) O bloqueio on-line de numerário será considerado para todos os efeitos como penhora, dispensando-se a lavratura do termo e intimando-se o devedor da constrição.

36. Quanto à sistemática recursal no Juizado Especial, assinale a alternativa incorreta, com base na Constituição Federal, na Lei 9.099 de 1995 e nos Enunciados do Fonaje.

a) Nos juizados especiais, não são cabíveis embargos declaratórios contra acórdão ou súmula na hipótese do art. 46 da Lei nº 9.099/1995, com finalidade exclusiva de prequestionamento.

b) Das decisões proferidas pelas Turmas Recursais em mandado de segurança não cabe recurso ordinário.

III - tratar-se de execução de sentença que tenha sido objeto de recurso improvido do devedor.

a) são verdadeiras apenas as proposições I e III.

b) são verdadeiras apenas as proposições II e III.

c) é verdadeira apenas a proposição I.

d) todas as proposições são verdadeiras.

e) todas as proposições são falsas.

50. Levando em consideração os enunciados do Fonaje, assinale a alternativa incorreta.

a) A contestação poderá ser apresentada até a audiência de Instrução e Julgamento.

b) Não é necessária a presença do Juiz Togado ou Leigo na Sessão de Conciliação.

c) Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia.

d) A sentença que homologa o laudo arbitral é recorrível.

e) Os prazos processuais nos Juizados Especiais Cíveis, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo, e não da juntada do comprovante da intimação, observando-se as regras de contagem do CPC ou do Código Civil, conforme o caso.

DIREITO CONSTITUCIONAL

51. Assinale a alternativa que corresponde ao princípio da força normativa:

a) na resolução dos problemas jurídico-constitucionais, o intérprete deve dar primazia aos pontos de vista que favoreçam o reforço da unidade política.

b) a norma constitucional deve ter a mais ampla efetividade social.

c) os bens jurídicos constitucionalizados deverão coexistir de forma harmônica na hipótese de eventual conflito ou concorrência entre eles.

d) na solução dos problemas jurídico-constitucionais deve dar-se prevalência aos pontos de vista que, tendo em conta os pressupostos da constituição, contribuem para uma eficácia ótima da lei fundamental.

e) a Constituição deve ser interpretada em sua globalidade como um todo e, assim, as aparentes antinomias deverão ser afastadas.

52. Assinale a alternativa que corresponde ao conceito de norma constitucional de eficácia exaurida:

a) são as normas que receberam do constituinte normatividade suficiente à sua incidência imediata.

b) são as normas que têm aplicabilidade plena, mas que podem ter reduzido o seu alcance pela atividade do legislador infraconstitucional.

c) são aquelas normas que, de imediato, não têm o condão de produzir todos os seus efeitos, necessitando de uma lei integrativa infraconstitucional.

d) são as normas intangíveis, que não podem ser emendadas.

b) A transação penal não gerará efeitos civis, cabendo aos interessados propor ação cabível no juízo cível.

c) Não se admitirá, em tese, a proposta, se ficar comprovado ter sido o autor da infração condenado, pela prática de contravenção penal, por sentença definitiva.

d) Não se admitirá a proposta, quando o agente tiver sido beneficiado anteriormente, no prazo de cinco anos, pela transação penal.

e) Não se admitirá a proposta, quando não indicarem os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, ser necessária e suficiente a adoção da medida.

47. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta. O devedor, no Juizado Especial, poderá oferecer embargos, nos autos da execução, versando sobre:

I - falta ou nulidade da citação no processo, se ele correu à revelia;

II - manifesto excesso de execução;

III - erro de cálculo;

IV - causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, superveniente à sentença.

a) são verdadeiras apenas as proposições I e III.

b) são verdadeiras apenas as proposições II e III.

c) são verdadeiras apenas as proposições II, III e IV.

d) todas as proposições são verdadeiras.

e) todas as proposições são falsas.

48. Quanto à execução de título executivo extrajudicial, no Juizado Especial, assinale a alternativa incorreta.

a) Efetuada a penhora, o devedor será intimado a comparecer à audiência de conciliação, quando poderá oferecer embargos (art. 52, IX), por escrito apenas.

b) Na audiência, será buscado o meio mais rápido e eficaz para a solução do litígio, se possível com dispensa da alienação judicial, devendo o conciliador propor, entre outras medidas cabíveis, o pagamento do débito a prazo ou a prestação.

c) Na audiência, será buscado o meio mais rápido e eficaz para a solução do litígio, se possível com dispensa da alienação judicial, devendo o conciliador propor, entre outras medidas cabíveis, a dação em pagamento.

d) Na audiência, será buscado o meio mais rápido e eficaz para a solução do litígio, se possível com dispensa da alienação judicial, devendo o conciliador propor, entre outras medidas cabíveis, a imediata adjudicação do bem penhorado.

e) Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor.

49. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta. Na execução não serão contadas custas, salvo quando:

I - reconhecida a litigância de má-fé;

II - improcedentes os embargos do devedor;

c) Das decisões proferidas pelas Turmas Recursais caberá recurso especial, nos moldes do artigo 105 da Constituição Federal.

d) Quando manifestamente inadmissível ou infundado o recurso interposto, a turma recursal ou o relator em decisão monocrática condenará o recorrente a pagar multa de 1% e indenizar o recorrido no percentual de até 20% do valor da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito do respectivo valor.

e) O relator, nas Turmas Recursais Cíveis, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão estiver em manifesto confronto com Súmula do Tribunal Superior ou Jurisprudência dominante do próprio Juizado, cabendo recurso interno para a Turma Recursal, no prazo de cinco dias.

37. Perante os Juizados Especiais, serão admitidas a propor ação:

a) As pessoas jurídicas de direito público.

b) A massa falida.

c) O insolvente civil.

d) As microempresas.

e) As pessoas físicas capazes cessionárias de direito de pessoas jurídicas.

38. No âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, assinale a opção incorreta.

a) A conciliação será conduzida apenas pelo Juiz Togado ou pelo Conciliador, sob sua orientação.

b) Não obtida a conciliação, as partes poderão optar, de comum acordo, pelo juízo arbitral.

c) O eventual árbitro será escolhido dentre os Juizes Leigos.

d) Obtida a conciliação, esta será reduzida a escrito e homologada pelo Juiz Togado, mediante sentença com eficácia de título executivo.

e) O laudo do árbitro deverá ser apresentado ao Juiz Togado para homologação por sentença irrecorrível.

39. Assinale a alternativa correta, quanto ao número de testemunhas no rito sumaríssimo do Juizado Especial Cível:

a) As partes poderão arrolar até 05 testemunhas, por expressa previsão da lei 9.099/95.

b) As partes poderão arrolar até 03 testemunhas, por expressa previsão da lei 9.099/95.

c) As partes poderão arrolar até 05 testemunhas, por analogia com o rito sumário do CPC.

d) As partes poderão arrolar até 03 testemunhas, por analogia com o rito sumário do CPC.

e) As partes poderão arrolar até 08 testemunhas, por analogia com o rito ordinário do CPC.

40. Assinale a alternativa incorreta, dentre as assertivas abaixo:

a) O maior de dezoito anos poderá ser autor, independentemente de assistência, inclusive para fins de conciliação.

b) Nas causas de valor de até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.

c) Sendo facultativa a assistência, se uma das partes comparecer assistida por advogado, ou se o réu for pessoa jurídica ou firma individual, terá a outra parte, se quiser, assistência judiciária prestada por órgão instituído junto ao Juizado Especial, na forma da lei local.

d) O Juiz alertará as partes da conveniência do patrocínio por advogado, quando a causa o recomendar.

e) O mandato ao advogado não poderá ser verbal, ainda que não se exija poderes especiais.

41. Assinale a alternativa incorreta, dentre as assertivas abaixo:

a) O processo instaurar-se-á com a apresentação do pedido, escrito ou oral, à Secretaria do Juizado.

b) O pedido oral será reduzido a escrito pela Secretaria do Juizado, podendo ser utilizado o sistema de fichas ou formulários impressos.

c) É lícito formular pedido genérico quando não for possível determinar, desde logo, a extensão da obrigação.

d) Registrado o pedido, independentemente de distribuição e autuação, a Secretaria do Juizado designará a sessão de conciliação, a realizar-se no prazo de trinta dias.

e) Comparecendo inicialmente ambas as partes, instaurar-se-á, desde logo, a sessão de conciliação, dispensados o registro prévio de pedido e a citação.

42. Quanto à citação, no Juizado Especial, assinale a alternativa incorreta.

a) A citação far-se-á por correspondência, com aviso de recebimento em mão própria.

b) A citação far-se-á mediante entrega ao encarregado da recepção, que será obrigatoriamente identificado, tratando-se de pessoa jurídica ou de firma individual.

c) Quando o réu estiver em local incerto e não sabido, far-se-á a citação por edital.

d) A citação conterà cópia do pedido inicial, dia e hora para comparecimento do citando e advertência de que, não comparecendo este, considerar-se-ão verdadeiras as alegações iniciais, e será proferido julgamento, de plano.

e) comparecimento espontâneo suprirá a falta ou nulidade da citação.

43. Assinale a alternativa incorreta, acerca do Juizado Especial Criminal:

a) A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.

b) Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança.

c) Na audiência preliminar, presente o representante do Ministério Público, o autor do fato e a vítima e, se possível, o responsável civil, acompanhados por seus advogados, o Juiz esclarecerá sobre a possibilidade da composição dos danos e da aceitação da proposta de aplicação imediata de pena não privativa de liberdade.

d) A conciliação será conduzida, no Juizado Criminal, apenas pelo Juiz Togado.

e) A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença, terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente.

44. Acerca do Juizado Especial, assinale a alternativa incorreta, dentre as assertivas abaixo:

a) Quando a prova do fato exigir, o Juiz poderá inquirir técnicos de sua confiança, permitida às partes a apresentação de parecer técnico.

b) No curso da audiência, poderá o Juiz, de ofício ou a requerimento das partes, realizar inspeção em pessoas ou coisas, não lhe sendo permitido designar pessoa de sua confiança para que o faça.

c) A prova oral não será reduzida a escrito, devendo a sentença referir, no essencial, os informes trazidos nos depoimentos.

d) A instrução poderá ser dirigida por Juiz leigo, sob a supervisão de Juiz togado.

e) Todos os meios de prova moralmente legítimos, ainda que não especificados em lei, são hábeis para provar a veracidade dos fatos alegados pelas partes

45. Assinale a alternativa incorreta, dsobre as despesas processuais no Juizado Especial:

a) O acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas.

b) A sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas e honorários de advogado, ressalvados os casos de litigância de má-fé.

c) Em segundo grau, o recorrente, vencido, pagará as custas e honorários de advogado, que serão fixados entre vinte por cento e trinta por cento do valor de condenação ou, não havendo condenação, do valor corrigido da causa.

d) O preparo do recurso compreenderá todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, ressalvada a hipótese de assistência judiciária gratuita.

e) Na execução não serão contadas custas, salvo quando reconhecida a litigância de má-fé, improcedentes os embargos do devedor ou tratar-se de execução de sentença que tenha sido objeto de recurso improvido do devedor.

46. Acerca da Transação Penal, assinale a alternativa incorreta.

a) Aceita a proposta pelo autor da infração e seu defensor, será submetida à apreciação do Juiz. Acolhendo a proposta do Ministério Público aceita pelo autor da infração, o Juiz aplicará a pena restritiva de direitos ou multa, que não importará em reincidência.